

Desafios da in-visibilidade: representações sociais de ciganos em jornais brasileiros e portugueses

Challenges of in-visibility: social representations of Roma people in Brazilian and Portuguese newspapers

Julia Alves Brasil*
Mariana Bonomo**

Resumo

Tendo em vista o papel dos diversos tipos de mídia na (re)produção de significados acerca de diferentes objetos sociais, este estudo teve, como objetivo, analisar as representações sociais de ciganos em notícias veiculadas por jornais brasileiros e portugueses. No total, foram analisadas 520 reportagens a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), e, dessas, 254 que abordavam diretamente os ciganos foram consideradas para a análise de conteúdo. Na CHD, foram identificadas as seguintes classes lexicais: no Brasil, modos de vida errantes, violações de direitos humanos, personagens secundários no cinema e na literatura, estilos musicais, e produção de cervejas; e em Portugal, violações de direitos humanos, vítimas e agressores, programas educacionais, e ofensas em contextos esportivos e políticos. Na análise de conteúdo, temáticas como estratégias de integração, autores de crimes, discriminação étnica, história e costumes, resistência e luta por direitos, e violações de direitos humanos foram encontradas nas reportagens dos jornais dos dois países. Os resultados permitiram analisar o processo de sociogênese das representações sociais, bem como discutir a dinâmica de exclusão/inclusão no contexto social contemporâneo. Portanto, ao evidenciar processos de visibilidade/invisibilidade aos quais os ciganos estão submetidos, o presente estudo auxilia na desnaturalização de construções sociais que dificultam a promoção de direitos fundamentais de grupos minoritários.

Palavras-chave: Brasil. Ciganos. Mídia. Portugal. Representações sociais.

* Doutora em Estudos Culturais pela Universidade do Minho/Portugal; Pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil; Email: juliaalvesbrasil@gmail.com

** Doutorado e Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento na UFES, Brasil; Email: marianadalbo@gmail.com

Abstract

Considering the role that various types of media play in the (re)production of meanings about different social objects, this study aimed to analyze the social representations of Gypsies/Roma people in news articles published by Brazilian and Portuguese newspapers. In total, 520 news articles were analyzed through the Descending Hierarchical Classification (DHC), and of these, 254 that directly addressed Gypsies/Roma people were considered for content analysis. In the DHC, the following lexical classes were identified: in Brazil, wandering lifestyles, human rights violations, secondary characters in cinema and literature, musical styles, and beer production; and in Portugal, human rights violations, victims and aggressors, educational programs, and offenses in sports and political contexts. In the content analysis, themes such as integration strategies, perpetrators of crimes, ethnic discrimination, history and habits, resistance and struggle for rights, and human rights violations were found in the news articles from both countries. The results allowed us to analyze the process of sociogenesis of social representations, as well as to discuss the dynamics of exclusion/inclusion in the contemporary social context. Therefore, by highlighting processes of visibility/invisibility to which Roma people are subjected, the present study helps to denaturalize social constructions that hinder the promotion of fundamental rights of minority groups.

Keywords: Brazil. Roma people. Media. Portugal. Social representations.

Introdução¹

Os povos genericamente denominados *ciganos* são formados a partir de diferentes etnias e apresentam diversidade de línguas, costumes e tradições (MENDES, MAGANO, CANDEIAS, 2019; MOONEN, 2012; TEIXEIRA, 2008). Apesar da heterogeneidade presente entre esses grupos, um aspecto comum ao longo da sua história tem sido a perseguição e a exclusão das quais foram e são alvo (ANDRADE JÚNIOR, 2013; HANCOCK, 2004; MOSCOVICI, 2009; POWELL, LEVER, 2017). Tais práticas discriminatórias derivam, sobretudo, da disseminação de estereótipos negativos relacionados aos ciganos em diferentes contextos e momentos históricos, inclusive na atualidade (BONOMO et al., 2017; MAGANO, 2017; SCHNEEWEIS, FOSS, 2017; TREMLETT, MESSING, KÓCZÉ, 2017; VILLANO et al., 2017).

Tendo em vista o papel dos diversos tipos de mídia na (re)produção de significados acerca de diferentes objetos sociais (CUEVAS CAJIGA, 2011; HÖIJER, 2011), este estudo teve, como objetivo, analisar os significados atribuídos aos ciganos em jornais brasileiros e portugueses, isto é, pretendeu-se analisar as representações sociais (MOSCOVICI, 1961/2012) de ciganos veiculadas por esses meios de comunicação.

Ciganos no Brasil e em Portugal: história e atualidades

Há divergências entre estudiosos que se dedicam à questão cigana acerca das origens e dos períodos em que os povos ciganos migraram para diferentes regiões do mundo. Contudo, alguns autores (e.g. MOONEN, 2012; 2013) e documentos oficiais de países como Brasil e Portugal (e.g. PORTUGAL, 2013; SEPPIR, 2013) concordam que a origem desses grupos remonta à Índia, há, aproximadamente, 1 mil anos (MOONEN, 2012; 2013). Após iniciada a

¹ A pesquisa recebeu apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a autora principal contou com Bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES-PNPD.

sua dispersão, teriam chegado à Europa Ocidental no início do século XV (MOONEN, 2012; 2013) e, no Brasil, no século XVI, deportados de Portugal (MOONEN, 2013).

Segundo Moonen (2013), o termo *cigano*² passou a ser utilizado na Europa Ocidental no século XV, porém, conforme argumenta Magano (2017), se configura como uma denominação homogeneizadora, devendo, portanto, ser utilizada com cautela e levando em consideração a multiplicidade existente entre os indivíduos pertencentes a esses grupos. Os ciganos distinguem-se a partir de três grupos étnicos (também divididos em diferentes subgrupos): *Rom* – falam a língua *romani*, vivem, principalmente, nos Balcãs, mas também em outros países europeus e nas Américas, para onde migraram; *Sinti* – falam a língua *sintó*, vivem, sobretudo, na Itália, Alemanha e França; e os *Calon* – falam a língua *caló* e são predominantes em Portugal e Espanha, além de outros países europeus e da América do Sul (MOONEN, 2012; 2013; TEIXEIRA, 2008).

Tal diversidade cultural frequentemente não é captada nas imagens elaboradas pelos não ciganos acerca dos ciganos. Essas imagens, muitas vezes também difundidas nas mídias (Cf. SCHNEEWEIS; FOSS, 2017), são, em geral, apoiadas tanto em estereótipos negativos quanto romantizados/folclorizados sobre os ciganos (BONOMO et al., 2017; SCHNEEWEIS, FOSS, 2017; VILLANO et al., 2017). Por um lado, os grupos étnicos ciganos são vistos a partir de elementos pejorativos, sendo considerados, por exemplo, como indivíduos que não gostam de trabalhar, dependem do Estado e são ligados ao crime, conforme evidenciam estudos recentes realizados no Brasil e em outros países (e.g. BRASIL et al., 2018; MAGANO, MENDES, 2014; POWELL, LEVER, 2017; SCHNEEWEIS, FOSS, 2017; VILLANO et al., 2017). Por outro lado, são concebidos a partir da ideia de um estilo de vida livre e associados à música, à dança e ao misticismo (e.g. BRASIL et al., 2018; SCHNEEWEIS, FOSS, 2017; VILLANO et al., 2017). Contudo, ambos os tipos de imagens acerca dos ciganos (negativas e romantizadas) os mantêm na condição de alteridade, como um *Outro* distante (BONOMO et al., 2017; MOSCOVICI, 2009; POWELL, LEVER, 2017; TREMLETT, MESSING, KÓCZÉ, 2017; VILLANO et al., 2017).

A disseminação desses estereótipos com relação aos ciganos contribui para a existência e persistência do preconceito para com esses grupos, legitimando práticas de discriminação e exclusão sociais (POWELL, LEVER, 2017; VILLANO et al., 2017), que se constituem como empecilhos à garantia de direitos das pessoas ciganas. O anticiganismo se fez presente ao longo de toda a história dos povos ciganos, apresentando-se, por exemplo, nas formas de perseguição, expulsão e mesmo extermínio de indivíduos dessas etnias, como o ocorrido em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial (MOONEN, 2012; 2013; TEIXEIRA, 2008).

Diante das sucessivas perseguições e expulsões, autores como Moonen (2012; 2013) e Teixeira (2008) argumentam que os grupos ciganos passaram a utilizar diferentes estratégias para garantir a sua sobrevivência e a preservação da sua cultura. Dentre tais estratégias, estão o nomadismo – o qual funciona não apenas como forma de assegurar sua sobrevivência, mas também como aspecto que faz parte da constituição da ciganidade para muitos grupos ciganos; e a invisibilidade social, visto que, ao se manter na posição de “*Outro* distante”, há a

² Neste artigo, utilizamos o termo *ciganos*, em português, e as expressões *Gypsy*, *Roma* e *Roma people*, em inglês, pois são os termos comumente utilizados na literatura nessas línguas. Contudo, partilhamos da visão de Magano (2017) acerca das limitações de tais denominações e as usamos com o devido cuidado, a fim de evitar análises essencialistas e estereotipadas sobre esses grupos.

possibilidade de preservação da sua cultura, sem interferências dos grupos dominantes nos contextos em que se encontram. Entretanto, a manutenção desses grupos na condição de invisibilidade (a qual é frequentemente imposta a eles) contribui para a falta de informações acerca desses povos e para a insuficiência de políticas públicas dirigidas a esses grupos em diferentes países, como nos casos do Brasil e de Portugal (CARDOSO, BONOMO, 2019; MAGANO, MENDES, 2014; MOONEN, 2013).

Apesar dos séculos de vivência no continente europeu e de se configurarem como a maior minoria da Europa (PASIKOWSKA-SCHNASS, 2018), medidas voltadas para o combate ao preconceito e à discriminação social dirigidos aos ciganos e para a valorização da sua cultura apenas passaram a ser construídas a partir de meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial (MOONEN, 2013). Por exemplo, em 1971, foi escolhido o dia 8 de abril para a comemoração do Dia Internacional dos Ciganos (PASIKOWSKA-SCHNASS, 2018); e, em 9 de março de 2011, o Parlamento Europeu aprovou a Resolução 2010/2276(INI), que versa sobre a estratégia da União Europeia (UE) para a integração dos ciganos (PARLAMENTO EUROPEU, 2011). Com base nesse documento, os Estados-membros da UE passaram a elaborar estratégias nacionais para a inclusão desses grupos (MENDES; MAGANO; CANDEIAS, 2019).

Portugal, no ano de 2013, a partir da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, passou a adotar a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), construída com base em quatro áreas essenciais para a integração (habitação, educação, saúde e emprego), delineando metas e objetivos até o ano de 2020 (PORTUGAL, 2013). Em 2018, através Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018 (PORTUGAL, 2018), foi aprovada a revisão da ENICC, ampliando a sua vigência até 2022.

Já no Brasil, no que diz respeito a políticas públicas nacionais para os ciganos, pode-se citar, por exemplo: o Decreto de 25 de maio de 2006, que institui o Dia Nacional do Cigano, comemorado no dia 24 de maio (BRASIL, 2006); e o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, dentre os quais encontram-se os ciganos (BRASIL, 2007). Além desses documentos, merecem destaque, ainda, o “Guia de políticas públicas para povos ciganos”, elaborado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR, 2013), e o Projeto de Lei do Senado n.º 248, de 2015, em tramitação, que cria o Estatuto do Cigano (BRASIL, 2015).

Teoria das representações sociais e mídia

Há diferentes fatores que podem influenciar as respostas de países como Brasil e Portugal aos desafios colocados pela necessidade de mudança da realidade das populações ciganas nessas localidades. Porém, uma dimensão que possui fundamental impacto na transformação de práticas sociais é a compreensão de como as pessoas (re)elaboram significados acerca de determinados objetos sociais (JODELET, 2001). Tais significados compartilhados ou “teorias do senso comum” são o que Moscovici (1961/2012) denominou representações sociais, as quais permitem que os indivíduos compreendam e expliquem a realidade, facilitando a comunicação social, em diferentes níveis da dimensão social (DOISE, 2002). Os estereótipos sociais e os afetos também são elementos envolvidos na construção de

representações sociais sobre um objeto particular, participando do processo de tornar familiar aquilo (ou aqueles) que são estranhos, não-familiares (AIKINS, 2012; MOSCOVICI, 1961/2012).

Tal processo de familiarização, que se constitui como uma finalidade central das representações sociais (MOSCOVICI, 2000), é mediado por dois processos que se articulam na elaboração dessas representações: a objetivação e a ancoragem. A *objetivação* é um “processo que permite tornar real um esquema conceptual e dar a uma ideia uma contrapartida material” (VALA; CASTRO, 2013, p. 586). Envolve, dentre outros aspectos, a substituição de ideias complexas e/ou conceitos por metáforas e imagens, por exemplo (VALA; CASTRO, 2013). E a *ancoragem* é um processo que pressupõe classificação e nomeação, envolvendo a incorporação de elementos do objeto a um sistema de categorias e de significações já existente e familiar (MOSCOVICI, 2000).

Moscovici (1961/2012), já em sua obra inaugural da TRS, atribuiu um papel central à comunicação, através de diferentes meios, na elaboração de representações sociais. Tal papel foi posteriormente discutido em diferentes trabalhos envolvendo a TRS (e.g. CUEVAS CAJIGA, 2011; HÖIJER, 2011; JODELET, 2001). Segundo esses estudos, as mídias (e.g. jornais impressos e *on-line*, televisão, rádio, internet, cinema, entre outros meios) participam da dinâmica representacional ao atuarem na disseminação de informações e na produção de significados sobre diferentes objetos sociais, contribuindo tanto para a produção de novas representações sociais quanto para a manutenção e o fortalecimento de representações já existentes em determinado contexto sociocultural. Porém, conforme pondera Cuevas Cajiga (2011), apesar da notável influência que as mídias exercem na construção de representações sociais, sobretudo devido à possibilidade de alcançar um grande número de pessoas, os indivíduos são ativos no processo de elaboração das representações. Portanto, mesmo expostos a diferentes informações e significados difundidos nas mídias, os indivíduos e grupos podem incorporá-los ou não na produção das representações sociais que partilham sobre objetos sociais distintos.

Tendo em vista essas considerações, este estudo teve, como objetivo, analisar as representações sociais de ciganos em notícias veiculadas por jornais brasileiros (O Globo e Folha de São Paulo) e portugueses (Jornal de Notícias e Correio da Manhã) disponíveis *on-line*, publicadas entre janeiro de 2017 e dezembro de 2018.

Estratégias metodológicas

O presente estudo, de natureza descritivo-exploratória e documental (SOUZA; MENANDRO, 2007), foi desenvolvido a partir de duas etapas, que envolvem a especificidade de abordagem sobre os ciganos no conteúdo das reportagens, bem como os procedimentos de análise adotados no tratamento do material que compõe o *corpus* de dados desta pesquisa, conforme detalhamento a seguir.

Em um primeiro momento (Etapa 1), foram analisadas 520 matérias jornalísticas sobre ciganos, veiculadas por jornais brasileiros (O Globo – N = 128; Folha de São Paulo – N = 187) e portugueses (Jornal de Notícias – N = 75; Correio da Manhã – N = 130), publicadas *on-line* entre janeiro de 2017 e dezembro de 2018. Tais jornais foram escolhidos como fonte de informação devido à sua amplitude comunicativa: são os jornais diários de cobertura nacional,

disponíveis em formato digital, com mais acessos e leitores nos dois países durante o período considerado³. Esse período foi escolhido tendo em vista que o ano de 2018 marcou os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, configurando-se como um ano propício para a realização de debates acerca de diferentes minorias sociais, como os ciganos. Além disso, no caso do Brasil, o ano de 2018 também marcou os 30 anos da promulgação da Constituição Federal brasileira. Já o ano de 2017 foi selecionado, em primeiro lugar, devido à possibilidade de existência de debates prévios sobre temas ligados aos direitos humanos, por causa do ano comemorativo de 2018 e, em segundo lugar, por ter sido o ano em que ocorreram as eleições autárquicas portuguesas, durante as quais também se fizeram presentes intensas discussões sobre os ciganos.

Como descritores para a busca nos jornais, foram utilizados os termos: cigano/s, cigana/s, nômade/s, rom, sinti e calon. Em seguida, foram excluídas do banco de dados elaborado nessa etapa da coleta as matérias com conteúdo exclusivo para assinantes em ambos os países e, no caso dos jornais brasileiros, também as reportagens sobre o atleta Junior Cigano, permanecendo as 520 matérias que vieram a compor o *corpus* para análise dos dados.

Em um segundo momento (Etapa 2), foram selecionadas apenas as reportagens que se referiam efetivamente aos ciganos, a fim de realizar uma análise mais detalhada do conteúdo do material. Dessa forma, foram excluídas matérias que utilizavam os termos cigano/s e cigana/s como adjetivos para abordar outras temáticas, por exemplo, em matérias que discutiam sobre “vidas ciganas/errantes” ou sobre “cervejarias ciganas”, presentes, sobretudo, nos jornais brasileiros. Para essa segunda etapa, foram analisadas, portanto, 254 reportagens (Brasil – N = 82; Portugal – N = 172).

No que se refere ao tratamento dos dados, na Etapa 1, estes foram organizados com o auxílio do programa ALCESTE (REINERT, 1990), a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Para a realização desta análise, inicialmente o *software* decompõe cada Unidade de Contexto Inicial (UCI) – no caso, cada reportagem –, em Unidades de Contexto Elementar (UCEs), que são fragmentos do *corpus* de dados. Em seguida, ocorre a CHD, em que as UCEs são agrupadas em classes, segundo semelhanças entre os vocabulários utilizados em cada classe. Para tanto, o programa realiza cálculos de qui-quadrado a fim de averiguar o grau de associação entre as formas linguísticas e as classes às quais pertencem, gerando, ao final, um dendrograma, o que possibilita a visualização das classes geradas na análise.

Na Etapa 2, as reportagens selecionadas foram analisadas a partir da Análise de Conteúdo Temático-Categorial (BARDIN, 1977/2011; OLIVEIRA, 2008), técnica que fornece indicadores qualitativos e quantitativos do conjunto de dados analisado, permitindo a descrição e a sistematização do conteúdo da mensagem e a identificação dos diferentes temas presentes em determinado material (BARDIN, 1977/2011; OLIVEIRA, 2008). Assim, após a leitura flutuante das reportagens, foram determinadas as Unidades de Registro (UR), que são unidades de segmentação ou recorte, a partir das quais é realizada a segmentação do material para análise (OLIVEIRA, 2008). Em seguida, associou-se as UR a categorias e subcategorias temáticas, a fim de realizar o tratamento do material e a discussão sobre o fenômeno estudado.

³ Com relação aos jornais brasileiros, tais informações foram obtidas a partir de consulta a dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), por solicitação das pesquisadoras. Já no que se refere aos jornais portugueses, as informações foram obtidas a partir de acesso à página eletrônica da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT). Ressalta-se, no entanto, que os dados expostos na página da APCT disponibilizam para o público apenas uma análise simples da circulação total dos jornais, a qual inclui a circulação impressa e a digital de forma conjunta.

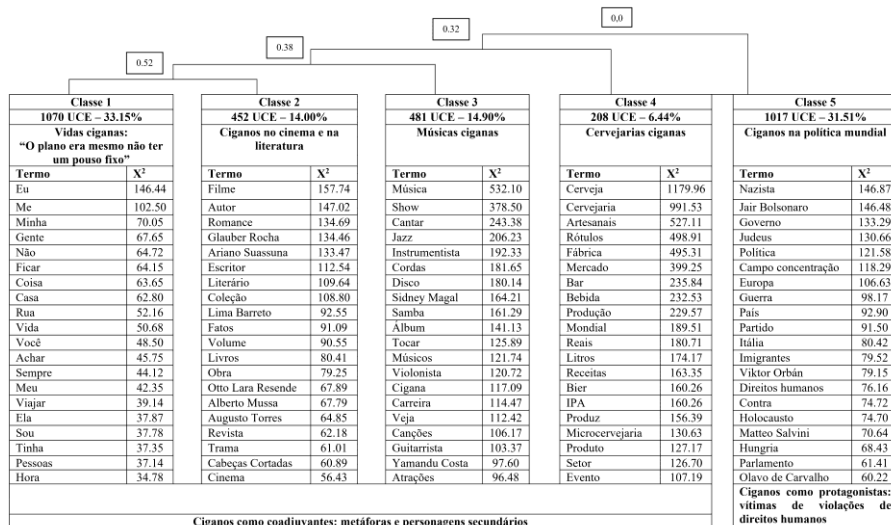
Resultados

Os resultados do estudo são apresentados em duas seções: *Etapa 1* – referente à CHD, em que são descritas as classes que compõem os dendrogramas gerados a partir dos bancos de dados relativos aos jornais brasileiros e portugueses; e *Etapa 2* – relacionada à Análise de Conteúdo Temático-Categorial, a partir da qual são apresentadas as temáticas presentes no material analisado, destacando os temas e os subtemas referentes apenas às notícias que abordaram especificamente os ciganos.

Etapa 1 – Análise das reportagens a partir da classificação hierárquica descendente

A análise do *corpus* constituído por reportagens dos jornais brasileiros obteve aproveitamento de 81% do material coletado. Conforme exposto na Figura 1, o conteúdo foi dividido em dois eixos principais: Eixo 1, denominado “Ciganos como coadjuvantes: metáforas e personagens secundários”; e Eixo 2, “Ciganos como protagonistas: vítimas de violações de direitos humanos”. O primeiro eixo é formado pelas classes 1 (“Vidas ciganas: ‘O plano era mesmo não ter um pouso fixo’”, com 33,15% do *corpus*), 2 (“Ciganos no cinema e na literatura”, 14% do *corpus*), 3 (“Músicas ciganas”, 14,90% do *corpus*) e 4 (“Cervejarias ciganas”, 6,44% do *corpus*). Em relação à força de ligação entre as classes, tem-se a seguinte configuração: a classe 1 se liga à classe 2 com um índice de 0,52; a classe 3 se liga a essas classes com um índice de 0,38; e o conjunto formado por essas três classes se relaciona à classe 4 por um índice de 0,32. Já o segundo eixo, este é composto apenas pela classe 5 (“Ciganos na política mundial”, com 31,51% do *corpus*).

Figura 1 – Dendrograma das classes estáveis (Jornais brasileiros) – 20 termos com maior qui-quadrado



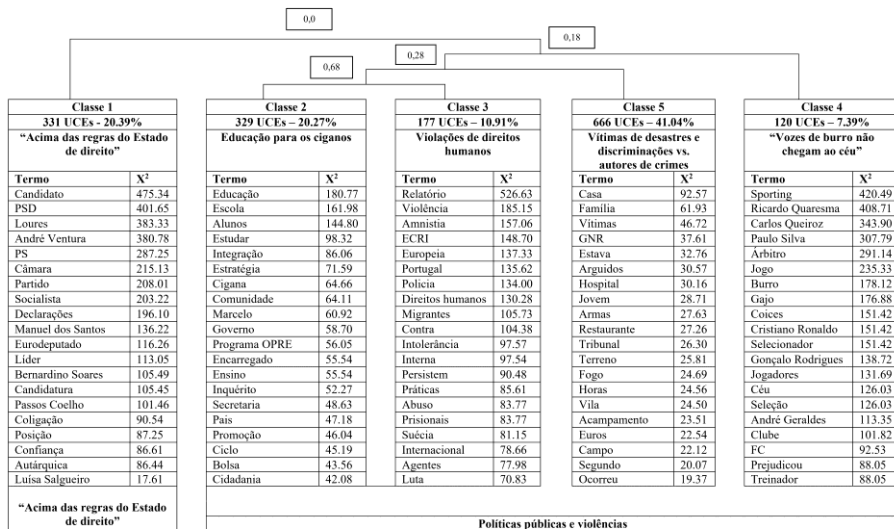
Fonte: Autoras da presente pesquisa.

A classe 1 evidencia o uso dos termos “cigano” e “cigana” como adjetivos e metáforas para se referir a modos de vida errantes, relativos a pessoas que decidiram que seu plano era “não ter um pouso fixo”, conforme frase presente em um dos fragmentos de texto (UCE) dessa classe. Assim, contém palavras como *eu*, *viajar*, *rua* e *casa*. Uso similar do termo “cigana” também é encontrado na classe 4, que se refere às microcervejarias que não possuem fábricas próprias, ou seja, organizam-se a partir de local de produção itinerante, apresentando termos como *cerveja*, *rótulos*, *mercado* e *produção*. Já a classe 2 agrega elementos que mostram pessoas ciganas como personagens secundários em histórias diversas produzidas no cinema e na literatura, como observado em termos como *filme*, *romance*, *livros* e *obra*. Completando esse eixo, encontra-se a classe 3, que se refere a estilos musicais, como o “jazz cigano” e a músicos que se identificam com a cultura cigana, contemplando palavras como *música*, *show*, *Sidney Magal* e *jazz*. Finalmente, a classe 5 diz respeito aos ciganos como categoria social no cenário da política mundial, destacando, sobretudo, situações de violações de direitos em diferentes contextos e épocas. Apresenta elementos como *nazista*, *governo*, *política*, *direitos humanos*, além de menções a políticos de países diversos.

Com relação à análise do material referente aos jornais portugueses, houve aproveitamento de 87,63% do *corpus* inicial. O conteúdo foi dividido em dois eixos: Eixo 1 – “Acima das regras do Estado de direito”, e Eixo 2 – “Políticas públicas e violências” (ver Figura 2). O primeiro eixo é constituído apenas pela classe 1 (“Acima das regras do Estado de direito”, com 20,39% do *corpus*), e o segundo eixo da análise compreende as classes 2 (“Educação para os ciganos”, 20,27% do *corpus*), 3 (“Violações de direitos humanos”, 10,91% do *corpus*), 5 (“Vítimas de desastres e discriminações vs. autores de crimes”, 41,04% do *corpus*) e 4 (“Vozes de burro não chegam ao céu”, com 7,39% do *corpus*). A classe 2 relaciona-se à classe 3 com um alto índice de associação ($R = 0,68$), enquanto a classe 5 se liga a essas duas

classes com um índice de 0,28, constituindo um subconjunto que se associa à classe 4 com índice de 0,18.

Figura 2 – Dendrograma das classes estáveis (jornais portugueses) – 20 termos com maior qui-quadrado



Fonte: Autoras da presente pesquisa.

A classe 1 contempla situações de discriminação com relação aos ciganos no âmbito da política e disputas existentes em torno de tais atos discriminatórios, agregando posicionamentos de diferentes políticos contra e a favor dos ciganos. Apresenta, assim, palavras como *candidato*, *partido*, *declarações*, além da menção a nomes de diferentes políticos e partidos portugueses. A classe 2 refere-se a discussões sobre a importância da integração dos ciganos via o acesso à educação, incluindo termos como *educação*, *escola*, *integração*, *estratégia*, fazendo referência, ainda, a diferentes iniciativas, como o Programa Operacional para a Promoção da Educação (*OPRE*). Já a classe 3 evidencia denúncias de violações de direitos humanos às quais os ciganos estão sujeitos, apresentando elementos como *relatório*, *violência*, Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (*ECRI*) e *direitos humanos*. A classe 5, que agrega a maior parte do conteúdo analisado, é uma classe ampla, que se refere tanto a situações em que os ciganos são retratados como vítimas (de discriminações e de desastres ambientais) quanto a situações em que são autores de crimes. Inclui elementos como *casa*, *família*, Guarda Nacional Republicana (*GNR*), *vítimas* e *arguidos*. Por fim, a classe 4 refere-se a situações de discriminação com relação aos ciganos no contexto do esporte e inclui a menção a diferentes esportistas e clubes. O nome da classe remonta a um provérbio português usado por um jogador de futebol que é cigano e havia sofrido discriminação por parte de um técnico e que, como reação, afirmou: “Vozes de burro não chegam ao céu”, indicando que as declarações de cunho preconceituoso não reverberariam.

Etapa 2 – Análise das reportagens a partir da análise de conteúdo temático-categorial

Nessa segunda etapa, conforme mencionado anteriormente, foram excluídas as matérias que se referiam a outros objetos e que utilizavam os termos “cigano” e “cigana” apenas como metáfora. Desse modo, restaram mais reportagens nos jornais portugueses (N = 172) do que nos brasileiros (N = 82). Após a leitura exaustiva dessas matérias, foram identificadas 110 UR (Unidades de Registro) na amostra brasileira e 342 UR na portuguesa. As UR de cada (sub)categoria temática referem-se ao total de vezes em que determinado conteúdo esteve presente nas reportagens. Estão representadas na tabela pelo símbolo f (f = número de UR). Nos jornais brasileiros, das 110 UR, 69 incluíam menções aos ciganos junto a outros grupos sociais, enquanto 41 eram referentes apenas aos ciganos de forma específica. Já nos jornais portugueses, a maior parte das UR (278) dizia respeito especificamente aos ciganos, enquanto 64 UR os listavam junto a outros grupos. Desse modo, nessa etapa de análise textual, utilizou-se o conteúdo das reportagens que abordavam diretamente os grupos ciganos, contabilizando 278 UR para o território português e 41 UR para o Brasil (Ver Tabela 1).

Nesse procedimento de análise, foram identificados seis temas comuns aos jornais portugueses e brasileiros: autores de crimes; discriminação étnica; estratégias de integração; história e costumes ciganos; resistência e luta por direitos; e violações de direitos humanos. Além desses, nos jornais portugueses, também foi identificado o tema ‘vítimas de desastres ambientais’. Na Tabela 1, apresenta-se de forma mais detalhada as categorias e subcategorias temáticas encontradas nos jornais de ambos os países, considerando apenas as reportagens com foco específico nos ciganos.

Tabela 1 – Categorias e subcategorias temáticas

	Jornais brasileiros	f	Jornais portugueses	f
Autores de crimes	Estelionato e golpe; roubo e furto	06	Agiotagem e extorsão; agressões e ameaças; assédio sexual; estelionato e golpe; homicídio e tentativa de homicídio; roubo e furto; trabalho escravo; tráfico de drogas	28
Discriminação étnica	Denúncia e apuração do ato discriminatório; negação do ato discriminatório; razões para o ato discriminatório	08	Arquivamento do processo; denúncia e apuração do ato discriminatório; negação do ato discriminatório; punição pelo ato discriminatório; razões para o ato discriminatório; repúdio ao ato discriminatório	147
Estratégias de integração	Acesso à educação; combate ao preconceito e à discriminação; diálogo e mediação intercultural; promoção de igualdade de gênero; reconhecimento da diversidade cultural	03	Acesso à educação; acesso a melhores condições habitacionais; acesso à saúde e a saneamento básico; acesso a trabalho; combate ao preconceito e à discriminação; diálogo e mediação intercultural; envolvimento dos ciganos na integração; promoção de igualdade de gênero; realização de censo da população cigana; reconhecimento da diversidade cultural	47
História e costumes ciganos	Construção de guetos; costumes ciganos vs. normas do contexto não cigano; dança e música; holocausto; nomadismo; origens dos ciganos; papel da mulher; trabalho	18	Casamento; construção de guetos; costumes ciganos vs. normas do contexto não cigano; dança e música; holocausto; origens dos ciganos; papel da mulher; respeito aos mais velhos e valorização da família; trabalho	26
Resistência e luta por direitos	Ênfase nas semelhanças entre ciganos e não ciganos; expressão artística; orgulho da pertença	05	Associação de direitos ciganos; denúncias de discriminações em redes sociais; ênfase nas semelhanças entre ciganos e não ciganos; esforço redobrado dos ciganos nas suas atividades; expressão artística; ocultamento da origem cigana para não sofrer discriminação; rogação de pragas; voto em eleições	11
Violações de direitos humanos	Educação; habitação; saneamento, alimentação e saúde	01	Educação; habitação; saneamento, alimentação e saúde; trabalho (trabalho forçado); vida (tentativa de homicídio)	07
Vítimas de desastres ambientais			Incêndio; furacão, tornado e ventania	12
Total		41		278

Fonte: Autoras da presente pesquisa.

O tema com mais UR nos jornais brasileiros foi “História e costumes ciganos” (f = 18), o qual foi constituído por oito subtemas: construção de guetos; costumes ciganos vs. normas do contexto não cigano; dança e música; holocausto; nomadismo; origens dos ciganos; papel da mulher; e trabalho. Nos jornais portugueses, foram encontrados os mesmos subtemas, com exceção de “nomadismo”, acrescidos de outros dois: “casamento” e “respeito aos mais velhos e valorização da família”. Ressalta-se que o subtema “holocausto” esteve presente apenas nas reportagens que mencionavam os ciganos junto a outros grupos tanto nos jornais brasileiros quanto nos portugueses. Nestes últimos, dentre os subtemas presentes nessa categoria temática, o subtema “origens dos ciganos” foi o mais frequente.

O tema que agregou a maior parte do conteúdo das reportagens específicas sobre ciganos dos jornais portugueses foi “Discriminação étnica” (f = 147), composto por seis subcategorias temáticas: arquivamento do processo; denúncia e apuração do ato discriminatório; negação do ato discriminatório; punição pelo ato discriminatório; razões para o ato discriminatório; repúdio ao ato discriminatório. Tais subtemas contemplam diferentes momentos relativos ao processo de apuração das situações de discriminação: desde a denúncia até a punição do autor da discriminação ou o arquivamento do processo. Com relação aos atos em si, incluem-se situações de discriminação vivenciadas pelos ciganos: em escolas; em restaurantes; na sua vizinhança; pela polícia; ao procurarem locais para morar; ao serem vítimas de expulsão e desmonte dos acampamentos por parte de governos de diferentes cidades e países; e, principalmente, ofensas aos ciganos proferidas por alguns políticos, com especial destaque para o então deputado português André Ventura. Dentre as razões para a discriminação, destacam-se: as ideias de que os ciganos dependem do Estado, desrespeitam as leis, são enganadores e roubam/furtam. Em resposta às denúncias, sobretudo no contexto da política, ressaltam-se conteúdos referentes à manifestação de diferentes políticos em repúdio aos atos discriminatórios e em respeito aos ciganos, seguidos de conteúdos relativos aos argumentos utilizados pelos acusados para negar a discriminação. Dentre tais argumentos, merecem destaque o apelo à “liberdade de expressão” e a crítica ao “politicamente correto”. Nos jornais brasileiros, foram encontrados três desses subtemas, sobressaindo-se aquele referente às razões para a discriminação, as quais foram similares às encontradas na amostra portuguesa.

Ainda que a discriminação se configure como forma de violação de direitos, optou-se por diferenciar a denominação dessas categorias (em ambas as etapas do estudo), devido às especificidades presentes em cada categoria temática. Enquanto a categoria “Discriminação étnica” focaliza situações envolvendo ofensas e tratamento desigual aos ciganos com base no preconceito com relação a esses grupos, a categoria “Violações de direitos humanos” (Brasil – f = 1; Portugal – f = 7) revela direitos específicos que estão sendo violados, ou seja, não garantidos pelo Estado. Destacam-se, assim, três subtemas nos jornais brasileiros: alimentação; educação; habitação, saneamento e saúde. Os dois primeiros estiveram presentes somente nas reportagens que citavam os ciganos junto a outros grupos. Além destes três subtemas, nos jornais portugueses, encontram-se também: trabalho (trabalho forçado) e vida (tentativa de homicídio).

Uma categoria temática que parece fornecer contrapontos aos aspectos mencionados nas duas categorias anteriores é “Estratégias de integração” (Brasil – f = 3; Portugal – f = 47), a qual foi composta por dez subtemas, nos jornais portugueses: acesso à educação; acesso a melhores condições habitacionais; acesso à saúde e a saneamento básico; acesso a trabalho; combate ao preconceito e à discriminação; diálogo e mediação intercultural; envolvimento dos

ciganos na integração; promoção de igualdade de gênero; reconhecimento da diversidade cultural; e realização de censo da população cigana. Tais subcategorias temáticas agregam diferentes estratégias interconectadas, através das quais seria possível efetivar a integração dos ciganos nos contextos onde se encontram, de modo a auxiliar na garantia dos seus direitos básicos. Na amostra portuguesa, teve destaque a estratégia “acesso à educação”, seguida de “combate ao preconceito e à discriminação”. Já nos jornais brasileiros, foram encontrados os seguintes subtemas: acesso à educação; combate ao preconceito e à discriminação; diálogo e mediação intercultural; promoção de igualdade de gênero e reconhecimento da diversidade cultural.

Também como um contraponto às categorias temáticas referentes à discriminação e às violações de direitos, está o tema “Resistência e luta por direitos” (Brasil – f = 5; Portugal – f = 11), o qual foi dividido em oito subtemas, nos jornais portugueses: associação de direitos ciganos; ênfase nas semelhanças entre ciganos e não ciganos; esforço redobrado dos ciganos nas suas atividades; expressão artística; denúncias de discriminações em redes sociais; ocultamento da origem cigana para não sofrer discriminação; rogação de pragas; voto em eleições. Nos jornais brasileiros, esse tema foi composto por três subtemas, dois deles presentes na amostra portuguesa e outro inédito (“orgulho da pertença”). Tais subcategorias temáticas referem-se a estratégias utilizadas pelos próprios ciganos para resistir face às discriminações sociais e lutar por seus direitos. Envolvem, por exemplo, a criação e valorização de associações ciganas, a realização de denúncias das discriminações em diferentes meios (inclusive no cinema e nas redes sociais), bem como estratégias que implicam a ressignificação de estereótipos negativos dirigidos aos ciganos (como o “rogar pragas”), a fim de se defenderem de discriminações. Além disso, há estratégias que, apesar de auxiliarem na resistência, demandam maior esforço por parte daqueles que as utilizam, como o ocultamento da sua origem cigana e a necessidade de se dedicarem mais àquilo que fazem, a fim de provar que são capazes.

Outro tema relevante em ambos os países foi “Autores de crimes” (Brasil – f = 6; Portugal – f = 28), em que são explicitados diferentes tipos de crimes atribuídos a indivíduos e grupos ciganos, segundo as reportagens analisadas. Nos jornais portugueses, destacaram-se oito subcategorias temáticas: agiotagem e extorsão; agressões e ameaças; assédio sexual; estelionato e golpe; homicídio e tentativa de homicídio; roubo e furto; trabalho escravo; tráfico de drogas. Dentre esses, o subtema com mais menções foi “agressões e ameaças”. Nos jornais brasileiros, foram encontrados os subtemas “estelionato e golpe” e “roubo e furto”, com destaque para o último. Finalmente, uma categoria temática que esteve presente apenas nas reportagens dos jornais portugueses que tratavam especificamente sobre os ciganos, foi “Vítimas de desastres ambientais” (f = 12), composta por duas subcategorias: furacão, tornado e ventania; e incêndios. Tal tema se refere a situações em que grupos ciganos foram vítimas de desastres naturais, tendo suas habitações afetadas e, muitas vezes, destruídas.

Discussão

Por meio do estudo desenvolvido, buscou-se analisar as representações sociais de ciganos veiculadas por jornais brasileiros e portugueses. A identificação dos elementos constitutivos desses campos representacionais configurou-se como recurso estratégico à compreensão das práticas sociais que têm sido historicamente direcionadas a essa categoria

social, que, apesar de séculos de vivência no Brasil e em Portugal, ainda sofrem com a condição de invisibilidade e com os efeitos da homogeneização nesses contextos (e.g. CARDOSO, BONOMO, 2019; MENDES, MAGANO, CANDEIAS, 2019).

Os resultados apresentados relativos à mídia jornalística brasileira indicam invisibilidade dos ciganos, na medida em que os termos “ciganos/ciganas” são frequentemente utilizados nas reportagens como adjetivos para qualificar, por exemplo, estilos de vida, de música e de produção de cerveja (ver Figura 1). Percebe-se, portanto, que conceitos abstratos como itinerância e liberdade são objetivados (MOSCOVICI, 1961/2012) na imagem dos ciganos. E, mesmo quando mencionados diretamente como categoria social (Tabela 1), se tornam visíveis, principalmente, a partir de estereótipos romantizados (BRASIL *et al.*, 2018; SCHNEEWEIS, FOSS, 2017; VILLANO *et al.*, 2017), remetendo à sua ligação com a música, a dança e o nomadismo, ou a partir do contraste entre os costumes ciganos e não ciganos, por exemplo, quanto ao papel das mulheres nos grupos. Reflexo dessa invisibilidade é observado, também, na ausência de reportagens sobre o Dia Internacional dos Ciganos (8 de abril) ou mesmo sobre o Dia Nacional dos Ciganos (24 de maio) em ambos os jornais brasileiros nos dois anos analisados. No período considerado, em termos de datas comemorativas relativas aos ciganos, houve apenas uma reportagem acerca do Dia Internacional da Lembrança ao Holocausto (27 de janeiro), em que os ciganos apareceram junto a outros grupos sociais (MOONEN, 2012).

Já nos dois jornais portugueses, durante os dois anos considerados, houve seis reportagens referentes ao Dia Internacional dos Ciganos, duas referentes ao Dia Nacional das Comunidades Ciganas (comemorado em 24 de junho em Portugal), e uma reportagem referente ao Dia Internacional da Lembrança ao Holocausto (HANCOCK, 2004). Além disso, na amostra portuguesa, houve mais reportagens que discutiam sobre os ciganos em específico e mais diversidade de subcategorias temáticas (Tabela 1), indicando maior visibilidade desses grupos na mídia jornalística deste país em comparação à brasileira. Apesar da maior visibilidade, grande parte do conteúdo relacionado aos ciganos é de cunho negativo, mostrando-os ora como vítimas de discriminação, desastres e violações de direitos, ora como autores de crimes (Figura 2 e Tabela 1). Portanto, por um lado, tais reportagens cumprem o importante papel de denunciar essas situações de discriminação e evidenciar a falta de acesso a direitos básicos, que contribuem para a manutenção de grande parcela dessa população em situações de vulnerabilidade; e, por outro lado, podem auxiliar na manutenção de estereótipos negativos e de práticas discriminatórias com relação aos ciganos, ao mostrarem “uma única história” (ADICHIE, 2009) sobre eles; uma história de pobreza e de violências.

Conteúdos temáticos como “Autores de crimes” e “Razões para o ato discriminatório” (Tabela 1) incluem elementos negativos usualmente presentes nas representações sociais sobre os ciganos em diferentes contextos, reforçando, assim, a sua imagem como indivíduos ligados ao mundo do crime, dependentes de subsídios do Estado e trapaceiros (e.g. BRASIL *et al.*, 2018; POWELL, LEVER, 2017; SCHNEEWEIS, FOSS, 2017; VILLANO *et al.*, 2017). Conforme discutem Schneeweis e Foss (2017), em seu estudo sobre as representações de ciganos na mídia televisiva dos Estados Unidos da América (EUA), “as percepções negativas de um grupo cultural têm implicações no mundo real. Se as pessoas virem os ciganos como violentos e agressivos (como perpetuado na mídia), é mais provável que os discriminem no emprego, moradia [...] e outras interações importantes” (SCHNEEWEIS; FOSS, 2017, p. 1163, tradução nossa).

Tentativas de evidenciar outras histórias desses povos se fazem presentes, por exemplo, nos conteúdos de temáticas como “Estratégias de integração”, “Resistência e luta por direitos” e “História e costumes ciganos”, nos jornais de ambos os países (Tabela 1). Porém, mesmo dentro desses subtemas, encontram-se tanto elementos que remetem a representações sociais dos ciganos com base em aspectos que evidenciam a diversidade existente nesses grupos quanto a representações baseadas em aspectos de cunho negativo, que os homogeneizam (ANDRADE JÚNIOR, 2013; BONOMO et al., 2017; MOSCOVICI, 2009; POWELL; LEVER, 2017; TREMLETT; MESSING; KÓCZÉ, 2017; VILLANO et al., 2017).

Com relação às estratégias para a integração dos povos ciganos, mencionadas, sobretudo, nos jornais portugueses (Figura 2 e Tabela 1), e, com menor destaque, nos jornais brasileiros (Tabela 1), é interessante notar que elas corroboram as prerrogativas dos diferentes documentos e políticas construídos em ambos os países (e.g. PORTUGAL, 2013, 2018; SEPPPIR, 2013). Dessa forma, as subcategorias temáticas presentes nesse tema evidenciam diferentes eixos norteadores dessas políticas, com relevância especial para o acesso à educação e a melhores condições habitacionais, bem como para o combate ao preconceito e à discriminação, notadamente a partir da desconstrução de estereótipos negativos com relação aos ciganos e da difusão de informações sobre estes grupos. Quanto a esse último aspecto, diferentes estudos realizados no Brasil e em Portugal (e.g. CARDOSO, BONOMO, 2019; MENDES, MAGANO; CANDEIAS, 2019; MOONEN, 2012, 2013) alertam para a escassez de dados oficiais dos governos acerca dessa população. No caso de Portugal, por exemplo, o Estado proíbe a coleta de informações sobre etnia nos censos populacionais. Se por um lado tal medida pode proteger esses grupos, evitando a sua classificação, por outro lado, dificulta a obtenção de dados sobre esses povos, criando obstáculos para a construção de políticas públicas mais condizentes com a realidade de cada grupo específico (MENDES; MAGANO; CANDEIAS, 2019). Tendo em vista essas dificuldades, dentre as estratégias de integração dos ciganos mencionadas nos jornais portugueses, incluiu-se também a necessidade de realização de censo dessa população.

Apesar do caráter predominantemente positivo presente no conteúdo do tema relativo às estratégias de integração, alguns elementos possuíam um viés etnocêntrico, assemelhando-se mais à ideia de assimilação do que de integração e inclusão, de fato, dos ciganos. Tal movimento foi percebido, por exemplo, na subcategoria temática “Envolvimento dos ciganos na integração”, composta por fragmentos das reportagens que se referiam à importância do desejo dos próprios ciganos em se integrarem ao funcionamento e à organização da sociedade hegemônica de referência e se envolverem no processo de integração (PORTUGAL, 2013; 2018). Conteúdos como esses revelam a constante dinâmica de categorização e comparação social (TAJFEL, 1982) entre diferentes grupos sociais, no caso, entre os universos cigano e não-cigano, e a tentativa de tornar familiar o não-familiar, processo necessário à construção de representações sociais (MOSCOVICI, 1961/2012), como mencionado anteriormente.

Como parte dessa dinâmica de familiarização, articulam-se os processos de objetivação e de ancoragem, sendo que este último possui importância singular na nomeação de objetos sociais, classificando-os a partir de categorias e significados já familiares aos sujeitos das representações (MOSCOVICI, 2000). Sobre essa dimensão do fenômeno das representações no plano de sua sociogênese, conforme Moscovici (2005), parece ser importante resgatar que enquanto a ancoragem “mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela

classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome” (MOSCOVICI, 2005, p. 78), a objetivação “tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido” (MOSCOVICI, 2005, p. 78). Ou seja, esses processos trabalham dialogicamente costurando redes de significados (selecionados/reformulados) que se projetam ao longo de diferentes temporalidades como referências socioculturais às sociedades, grupos e indivíduos, e fruto da ação contínua da produção social em diferentes níveis (DOISE, 2002), cujos significados elaborados passam a ser reconhecidos como próprios dos objetos sociais. O conhecimento derivado desse sistema de construção pode servir, portanto, como referência para as ações cotidianas, em um mundo tido, geralmente, como natural (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 2000; VALA; CASTRO, 2013).

Considerando, portanto, os efeitos da naturalização na vida social, discutir como a elaboração de representações sociais sobre os ciganos envolve uma complexa dinâmica, que se reflete na visibilidade/invisibilidade desse povo em diferentes contextos históricos e geográficos, torna-se uma urgente tarefa, posto que: ora se tornam visíveis como símbolo daquilo que é transitório e inconstante (Figura 1), ora como agressivos, ladrões e enganadores (Figura 2, Tabela 1), ou, também, como vítimas de discriminação e violações de direitos (Figuras 1 e 2, Tabela 1). Assim, o processo de familiarização deste *Outro* não-familiar (AIKINS, 2012; MOSCOVICI, 1961/2012), frequentemente, ainda mantém os ciganos no lugar de alteridade, evidenciando a construção de representações sociais sobre esses grupos, a partir de imagens negativas e/ou romantizadas que se alternam e complementam, garantindo “a manutenção de sua condição depositária e sua construção social como eternos estrangeiros no universo das sociabilidades que reconhecemos como legítimas” (BONOMO et al., 2017, p. 14).

Tal cenário aponta para a necessidade de ampliação do conhecimento acerca dos diferentes grupos e segmentos ciganos, da sua história e do seu modo de vida, o que pode se configurar como estratégia para desmistificar estereótipos negativos que lhes são comumente atribuídos. Os diferentes tipos de mídia podem ter um papel central nesse processo (CUEVAS CAJIGA, 2011; HÖIJER, 2011). Como discute Cabecinhas (2008), as mídias frequentemente veiculam ideias que acentuam estereótipos raciais e étnicos, reforçando ideologias dominantes. Contudo, as mídias também “podem ser excelentes meios para promover a mudança social, veiculando modelos para uma sociedade mais inclusiva e diversa” (CABECINHAS, 2008, p. 177). Assim, é importante que as mídias partilhem diferentes representações sobre esses grupos, sobretudo em contextos como o contemporâneo, em que se torna cada vez mais comum a crítica ao “politicamente correto” e o apelo à “liberdade de expressão” como formas de justificar a existência de representações e práticas estigmatizantes direcionadas a diferentes grupos minoritários, como observado neste estudo. Especificamente no caso brasileiro, nesse momento de perda de direitos e de legitimação de formas de violência contra diferentes grupos, torna-se ainda mais necessário se conhecer os *Outros* na sua diversidade e especificidade, a fim de fomentar relações de respeito, diálogo e trocas entre diferentes grupos na sociedade (BRASIL; CABECINHAS, 2019), posto que a “consolidação do processo de democratização, em nosso país, terá que passar necessariamente pela desnaturalização das formas com que são encaradas as práticas discriminatórias e, portanto, geradoras de processos de exclusão” (WANDERLEY, 1999/2014, p. 26).

Considerações finais

Alinhado à tarefa de reflexão crítica sobre as construções sociais, especialmente no domínio das representações sociais em sua interface com os processos psicossociais de exclusão, o presente estudo buscou contribuir para o debate sobre a forma como o povo cigano tem sido retratado nos mecanismos de produção e propagação de significados por meio da mídia jornalística na atualidade. Foram considerados os territórios Brasil e Portugal, tendo em vista a trajetória histórico-cultural entre essas nacionalidades, que se estende também para a história dos ciganos em solo brasileiro.

A análise, portanto, sobre os significados cotidianos e historicamente elaborados acerca de grupos e categorias sociais, especialmente aqueles que se configuram como minoritários no contexto das relações de poder vigentes, abre possibilidades para o debate sobre os efeitos dessas produções sociais. A questão que decorre desse sistema de significação da vida social na esfera das hierarquias sociais é que, geralmente, comportam violências de diferentes ordens, apoiadas em justificativas que se valem de produtos culturais carimbados ao longo de diversas ondas geracionais. O estudo das representações sociais pode, portanto, oferecer instrumentalização para análises sobre essa esfera ao considerar, também nas práticas sociais cotidianas, a materialidade dessas construções vivificadas no presente, a fim de que se possa debater o trabalho de mudança social, especialmente por meio das políticas públicas. Ou seja, estudos nesse âmbito podem auxiliar na desnaturalização de construções sociais que atuam como contra-movimento na promoção de direitos fundamentais de grupos vulneráveis, contribuição que o presente estudo pretendeu oferecer ao evidenciar processos de visibilidade/invisibilidade aos quais os ciganos estão submetidos em contextos e dinâmicas sociais contemporâneos.

Referências

ADICHIE, C. N. **The danger of a single story**. [Vídeo]. Oxford: TED, 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt>. Acesso em: 15 abr. 2020.

AIKINS, A. D-G. Familiarising the unfamiliar: cognitive polyphasia, emotions and the creation of social representations. **Papers on Social Representations**, v. 21, n. 1, p. 7.1-7.28, 2012. Disponível em: <<http://psr.iscte-iul.pt/index.php/PSR/article/view/341>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ANDRADE JÚNIOR, L. Os ciganos e os processos de exclusão. **Revista Brasileira História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 95-112, dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882013000200006>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. (Obra originalmente publicada em 1977).

BONOMO, M.; CARDOSO, G. K. de A.; FARIA, J. M. G.; BRASIL, J. A.; SOUZA, L.. Os eternos estrangeiros: contato, campo afetivo e representações sociais de ciganos entre não

ciganos da grande Vitória/ES. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 12, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL, J. A.; BONOMO, M.; NASCIMENTO, Amandha Gyselle Martins; LIVRAMENTO, André Mota; SOUZA, Lídio de Ancoragem psicossocial a partir dos sentimentos negativamente valorados: representações sociais de ciganos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 616-637, ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p616-637>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL, J. A.; CABECINHAS, R. Intercultural dialogue and intergroup relations in Europe: contributions of Cultural Studies and Social Psychology. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. especial, p. 105-118, maio 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.0\(2019\).3063](https://doi.org/10.17231/comsoc.0(2019).3063). Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto de 25 de maio de 2006**. Institui o Dia Nacional do Cigano. Brasília, DF. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10841.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Brasília, DF. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 248**, de 30 de abril de 2015. Cria o Estatuto do Cigano. Brasília, DF. 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120952>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CABECINHAS, R. Racismo e xenofobia: a actualidade de uma velha questão. **Comunicación e Cidadanía. Revista Internacional de Xornalismo Social**, Santiago de Compostela, n. 2, p. 163-182, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/9639>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CARDOSO, G. K. A.; BONOMO, M. Infância Calin: Socialização étnica e identidade social entre crianças ciganas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. especial, p. e2222651, ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222651>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CUEVAS CAJIGA, Y. Representaciones sociales en la prensa: aportaciones teóricas y metodológicas. **Sinéctica**, Tlaquepaque, n. 36, p. 1-19, ene./jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-109X2011000100003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2020.

DOISE, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 27-35, abr. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100004>. Acesso em: 10 abr. 2020.

HÖIJER, B. Social representations theory: a new theory for media research. **Nordicom Review**, Gotemburgo, v. 32, n. 2, p. 3-16, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1515/nor-2017-0109>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

HANCOCK, I. Romanies and the Holocaust: A Re-evaluation and Overview. In: Stone D. (Eds.). **The Historiography of the Holocaust**. London: Palgrave Macmillan, 2004, p. 383-396. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9780230524507_18>. Acesso em: 10 abr. 2020.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

MAGANO, O. Tracing normal lives: Between stigma and the will to be cigano. **Social Identities**, v. 23, n. 1, p. 44-55, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13504630.2016.1227700>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MAGANO, O.; MENDES, M. M. Mulheres ciganas na sociedade portuguesa: Tracejando percursos de vida singulares e plurais. **Revista Sures**, v. 3, p. 1-15, 2014. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/index.php/sures/article/view/144>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MENDES, M. M. F.; MAGANO, O.; CANDEIAS, P. Des-homogeneizar os ciganos portugueses: perfis sociais e heterogeneidade sócio-cultural. **OBETS. Revista de Ciências Sociais**, Alicante, v. 14, n. 1, p. 49-87, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.14198/OBETS2019.14.1.02>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

MOONEN, F. **Anticiganismo: Os ciganos na Europa e no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Cigano, 2012.

MOONEN, F. **Políticas ciganas no Brasil e na Europa: subsídios para encontros e congressos ciganos no Brasil** (2a ed. rev. Ampl.). Recife: Núcleo de Estudos Cigano, 2013.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012. (Obra originalmente publicada em 1961).

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOSCOVICI, S. Os ciganos entre perseguição e emancipação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 653-678, dez. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-6922009000300003>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. In: DUVEEN, G. (Ed.). **Social representations: explorations in social psychology**. Cambridge: Polity Press, 2000, p. 18-77.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PARLAMENTO EUROPEU. **Resolução 2010/2276(INI)**, de 9 de Março de 2011. Dispõe sobre a estratégia da UE a favor da integração dos ciganos. Bruxelas. 2018. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52011IP0092>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PASIKOWSKA-SCHNASS, M. **International Roma day: how the European Union supports the study of Roma culture, language and history**. Bruxelas: European Parliamentary Research Service, 2018. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/620201/EPRS_BRI\(2018\)620201_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/620201/EPRS_BRI(2018)620201_EN.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018**, de 29 de novembro de 2018. Aprova a revisão da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022. Diário da República, série I, n. 230. Lisboa. 2018. Disponível em: <<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/154/2018/11/29/p/dre/pt/html>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013**, de 17 de abril de 2013. Aprova a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-2020). Diário da República, série I, n. 75. Lisboa. 2013. Disponível em: <<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/25/2013/04/17/p/dre/pt/html>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

POWELL, R.; LEVER, J. Europe's perennial 'outsiders': A processual approach to Roma stigmatization and ghettoization. **Current Sociology**, v. 65, n. 5, p. 680-699, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0011392115594213>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

REINERT, M. Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**, v. 26, n. 1, p. 24-54, 1990. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/075910639002600103>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SCHNEEWEIS, A.; FOSS, K. A. "Gypsies, Tramps & Thieves": Examining Representations of Roma Culture in 70 Years of American Television. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 94, p. 1146-1171, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1077699016682723>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SEPPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de políticas públicas para povos ciganos**. Brasília, DF: SEPPPIR, 2013.

SOUZA, L.; MENANDRO, P. R. M. Pesquisa documental em Psicologia: a máquina do tempo. In: M. M. P. RODRIGUES; P. R. M. MENANDRO (Orgs.). **Lógicas metodológicas – trajetos de pesquisa em Psicologia**. Vitória: GM Editora, 2007, p. 151-174.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais I**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

TEIXEIRA, R. C. **História dos ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Cigano, 2008.

TREMLET, A.; MESSING, V.; KÓCZÉ, A. Romaphobia and the media: mechanisms of power and the politics of representations. **Identities**, v. 24, n. 6, p. 641-649, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1070289X.2017.1380270>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

VALA, J.; CASTRO, P. Pensamento Social e representações sociais. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Orgs.). **Psicologia social**. 9 ed. Revista e Atualizada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 569-602.

VILLANO, P.; FONTANELLA, L.; FONTANELLA, S.; DI DONATO, M. Stereotyping Roma people in Italy: IRT models for ambivalente prejudice measurement. **International Journal of Intercultural Relations**, v. 57, p 30-41, mar. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2017.01.003>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 17-27. (Obra originalmente publicada em 1999).